

Uma catástrofe se aproxima, mas ainda podemos evitá-la

- A epidemia no Brasil está em ampla ascensão, com números de novos casos, hospitalizações e óbitos alarmantes.
- Medidas restritivas imediatas para evitar esse espalhamento tão alarmante precisam ser estabelecidas em todo o território nacional. Tais medidas só poderão ser abandonadas quando índices de casos e mortes atingirem patamares muito mais baixos que os atuais.
- A falta de uma coordenação centralizada pelo Governo Federal tem dificultado todas as medidas eficazes no combate à epidemia no país, que até o momento conta com poucas estratégias de testagem e rastreamento de contactantes, atrasos na vacinação e demora para retomada de auxílio emergencial às pessoas mais carentes, para que elas possam sobreviver a este período de restrições econômicas e de mobilidade.
- A população e seus representantes no Congresso e Senado devem exigir que os Governos tomem as devidas medidas imediatamente.

O número de casos, hospitalizações e óbitos devidos à Covid-19 no Brasil tem crescido de forma alarmante desde meados de fevereiro, atingindo presentemente marcas nunca antes alcançadas, levando-nos à beira do colapso no sistema hospitalar.

É preciso que se tomem ações enérgicas e imediatas. Hoje!

As causas da atual situação são múltiplas. A explosão de casos que vemos hoje, porém, não é completamente passível de explicação sem que se considere o papel do surgimento e da disseminação de ao menos uma nova variante viral muito mais transmissível do que as que já circulavam antes no país. Uma variante mais transmissível acelera a epidemia e gera a necessidade de medidas de saúde pública mais firmes e restritivas. Temos chegado a esta situação foi, sem dúvida, devido à falta de senso de urgência dos governantes, de compromisso com a vida como prioridade e, sobretudo, à inexistência de ações e de coordenação do governo federal visando mitigar a epidemia. Agora é a hora de mudarmos isso e evitarmos uma catástrofe ainda maior.

A primeira medida a ser tomada é a adoção de um *lockdown* estrito, com fechamento de estabelecimentos não-essenciais e limites à circulação das pessoas, com o propósito de evitar novos contágios. O *lockdown* estrito compreende a abertura somente daqueles serviços realmente essenciais, tais como mercados, farmácias e locais de atenção à saúde. Sabemos o custo imediato disso, mas não há outra maneira de se evitar o colapso hospitalar generalizado,

que gera desespero e mortes, além de efeitos devastadores para a economia. A duração deste *lockdown* deve ser melhor estudada em cada região, mas deverá durar, no mínimo, 14 dias. Já a urgência de instituí-lo é imediata. Somente poderemos abandonar esta medida restritiva quando os índices de casos e mortes atingirem patamares muito mais baixos que os atuais.

Os impactos de tal *lockdown* para a população necessitam ser mitigados por um novo auxílio emergencial sem condicionalidades, que precisa ser urgentemente aprovado pelo Congresso Nacional. O valor do auxílio, tendo em vista a situação de emergência do país, deve estar alinhado com as necessidades da população de fazer frente à sua subsistência. Também é necessário que o auxílio não seja extinto antes de resolvido o problema agudo de saúde pública.

Um plano de restrições à mobilidade como aqui apontamos, junto com as demais intervenções não-farmacológicas, precisa delinear uma estratégia de retomada progressiva das atividades cotidianas, tão logo a situação da pandemia – agora catastrófica – apresente melhora expressiva. Tem-se visto, em vários países no mundo, o sucesso de estratégias de testagem, quarentena e rastreio de contactantes, que abriria um caminho alternativo ao *lockdown*. No Brasil, tais estratégias não foram implementadas, mesmo após mais de um ano de pandemia, com exceção de alguns poucos municípios. Estamos atrasados e isso tem que mudar imediatamente, com mais atenção e investimentos em todas as esferas de governo.

É também fundamental acelerar o ritmo de vacinação no país, para que ocorra uma queda na incidência de casos graves e mortes, como em diversos países que estão com melhores coberturas vacinais. O Brasil tem o Sistema Único de Saúde (SUS) e seu Programa Nacional de Imunizações (PNI) que dispõe de estrutura de serviços de saúde e *expertise* em campanhas de vacinação que podem rapidamente ampliar as coberturas vacinais, mediante disponibilidade de vacinas.

O governo federal brasileiro abandonou os esforços de coordenação quanto à mitigação da epidemia. Neste momento, somos uma constelação de 27 unidades federativas sem políticas coerentes e sem centralidade, muitas com estruturas assistenciais à beira de um colapso. É preciso que se busque algum tipo de concertação para dar efetividade às medidas que são, repetimos, imperativas. As políticas adotadas até aqui, limitadas a gerenciar leitos hospitalares, se mostraram absolutamente incapazes de controlar a disseminação do vírus, nos levando à crise atual.

Sem nenhuma estratégia de contenção da epidemia, o Brasil tornou-se terreno fértil para a emergência de novas variantes de SARS-CoV-2 e sua propagação, ameaçando não apenas o país, mas todo o mundo. A intensa circulação do vírus no Brasil possibilita o surgimento de novas mutações de preocupação. A ameaça global em que se transformou o Brasil coloca o país em risco de isolamento internacional não apenas por meio do fechamento de fronteiras, mas também pela possível imposição de sanções. As consequências disso para o país, para a economia, para suas relações futuras com o resto do mundo poderão ser severas.

Portanto, propomos as seguintes ações:

- A adoção imediata de um *lockdown* estrito, com a abertura somente de serviços essenciais, e restrições severas à circulação de pessoas em todo o país. Para manutenção dos serviços essenciais há que se oferecer condições seguras para o deslocamento dos trabalhadores e para a realização de suas atividades.
- A aprovação imediata de um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 (refletindo o custo da cesta básica) até, no mínimo, que os indicadores da epidemia tenham se reduzido para possibilitar a reabertura da economia.
- A ampliação maciça da campanha de vacinação, com a compra de doses de vacinas, tanto importando de outros fabricantes, quanto dando maior apoio à produção nacional.
- Testagem com agilidade de todos os casos suspeitos e seus contatos, e acompanhamento de contactantes.

O tempo da pandemia, agora, tem que ser medido em dias e horas, não mais em semanas e meses. O compromisso com a vida exige isso do Brasil, dos seus governantes e de cada um de nós. O senso de máxima urgência se impõe nesta hora em que a vida dos brasileiros está em risco.